

Relato da reunião junto à DAES/INEP em 05 de junho de 2020.

No dia 02 de junho de 2020, o presidente da Associação Brasileira das Mantedoras do Ensino Superior (ABMES), professor Dr. Celso Niskier, recebeu o Ofício Circular Nº 0534448/2020/CGACGIES/DAES-INEP.

O ofício convidou a ABMES para uma reunião junto com outras entidades representativas do setor e membros da DAES/INEP, com objetivo de estabelecer diálogos para analisar a conjuntura trazida pelo Sars-Cov-2 (novo Coronavírus) e a COVID-19 em relação aos processos de avaliação externa da educação superior outras atribuições do órgão em tempos da pandemia, buscando de forma colaborativa construir rotas mais adequadas para o enfrentamento da nova realidade.

Fui indicado, como assessor da presidência da ABMES, para participar da reunião que ocorreu no dia 05 de junho, das 09:00 às 12:30, por meio de plataforma virtual de web conferência estabelecida pela própria DAES.

Participaram da reunião:

- cerca de 10 entidades representativas do setor (não é possível dizer exatamente, pois não tivemos acesso prévio aos nomes e a plataforma também não disponibilizou os nomes das entidades);
- o Presidente do INEP, senhor Alexandre Lopes;
- O Diretor da DAES, senhor Moaci Alves Carneiro;
- A Coordenadora-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e IES, senhora Sueli Macedo Silveira;
- cerca de (5) cinco técnicos da DAES.

A reunião iniciou com um breve bom-dia do presidente do INEP que passou a palavra para professora Sueli. A mesma ratificou os itens constantes no ofício e passou a palavra ao professor Moaci. O professor Moaci fez um discurso sobre a importância da colaboração e a proximidade com as instituições de ensino que de fato estão vivenciando todas as questões desde o início da pandemia. Ressaltou a importância do INEP na construção de uma educação de qualidade e do caráter avaliativo das IES e dos cursos, sempre ressaltando que estamos num momento de elevada complexidade e imprevisibilidade. A palavra voltou à professora Sueli que definiu como seria o escopo das colaborações e os lugares de fala de cada entidade. Esse primeiro momento da reunião durou cerca de uma hora.

As entidades trouxeram as suas colocações (cerca de 10 minutos cada), resumidas nos seguintes tópicos:

- definições sobre a continuidade da oferta de disciplinas remotas até o final do ano;
- definir o hibridismo como uma modalidade de ensino e aprendizagem revendo artigo 80 da LDB, ampliando a autonomia das IES na oferta das modalidades;

- problemas sobre os estágios principalmente dos cursos das licenciaturas e daqueles alunos formandos;
- problemas sobre a execução das disciplinas práticas;
- problemas sobre o calendário acadêmico de cada IES (algumas ainda estão sem operar, principalmente da rede pública);
- dificuldade no cumprimento dos objetivos e metas constantes nos PDIs de cada IES, abrindo espaço para as IES terem autonomia na readequação não só dos PDIs, mas também dos PPCs;
- propor alternativas para o relatório anual da CPA, bem como do relato de autoavaliação que ocorre a cada 3 anos;
- possibilidade de não realização do ENADE no ano de 2020 e as consequências regulatórias da não realização;
- divulgação dos indicadores de qualidade decorrentes da realização do ENADE, pois existem os ônus e os bônus regulatórios em função desses resultados;
- preocupação de como será o olhar dos avaliadores quando as avaliações voltarem a ocorrer e como o INEP realizará essa capacitação, bem como levar em consideração os avaliadores que fazem parte de grupos de risco e as dificuldades ampliadas (redução da malha) na logística de transporte;
- sugestão de priorizar os atos regulatórios de entrada (credenciamento e autorização) e os de renovação de reconhecimento, considerando a realização remota dos mesmos;
- preocupação com o início das atividades da nova CTAA e que o INEP avalie a possibilidade de defesa da impugnação dos relatórios de forma virtual;
- para os atos de permanência (recredenciamento e reconhecimento), a sugestão foi de utilizar dos indicadores de qualidade vigentes, podendo aumentar os prazos de renovação;
- demonstração de que todas as entidades desejam continuar com o ensino remoto (pelo menos até o final de 2020) e contar com o INEP nas diretrizes de flexibilização das atividades práticas e na autonomia dos calendários acadêmicos alinhados com os calendários da avaliação, regulação e supervisão.

Após a fala de cada uma das entidades representativas, a fala voltou à professora Sueli que trouxe as ações e planejamentos do INEP até a presente data:

- revisão dos instrumentos de avaliação de IES e cursos, iniciando por esse último. Separação dos instrumentos de avaliação de curso em três, conforme o ato.
- ainda em relação ao instrumento de avaliação de cursos, pretende-se acrescentar mais uma dimensão, além das três já existentes pelo Sinaes. Naturalmente haverá mudança nos pesos e nos cálculos. Nada foi dito sobre como será;
- dada a série de eventos imprevisíveis decorrentes da pandemia, os glossários dos instrumentos de avaliação serão atualizados regularmente;
- otimizar ao máximo as avaliações com menos visitas, podendo ter várias simultaneamente para diferentes atos e cursos. Também não foi dito como será;
- terá uma nova capacitação para os avaliadores, considerando as mudanças que ocorrerão

nos novos instrumentos e os impactos advindos da pandemia. Os avaliadores também serão separados em grupos de risco e orientados na interpretação e análise contextualizada dos documentos institucionais que inevitavelmente terão mudanças em procedimentos, prazos e resultados;

- as avaliações in loco só voltarão a ocorrer quando tiverem garantias de saúde para as IES e os avaliadores;
- sobre a realização dos exames realizados anualmente pelo INEP: Enem, Enade e Enseja. O senhor Alexandre Lopes, presidente do INEP, foi muito claro e enfático em dizer que solicitou orientações e protocolos ao Ministério da Saúde ressaltando que os exames não serão realizados sem o devido posicionamento do Ministério da Saúde. O senhor Alexandre Lopes também solicitou ao Ministério da Economia suplementação de recursos financeiros para a realização dos exames, dado que será inevitável um maior custo para alocação de espaços e mobilização de aplicadores das provas.

Essas foram as colocações realizadas pela equipe da DAES. A professora Sueli agradeceu a participação de todos, passou a palavra ao professor Moaci que declarou ser uma manhã muito produtiva, agradecendo a todos e que foi muito bom saber da realidade das IES, pois muitas questões apresentadas não haviam sido identificadas pela DAES, dado o alto nível de complexidade, imprevisibilidade e a diversidade geográfica, multicultural e econômica do Brasil.

Ficou em aberta a possibilidade de um novo encontro para tratar das questões apresentadas pelas entidades.

Maximiliano Damas

Assessor da Presidência da ABMES

Brasília, 05 de junho de 2020.